



UNICAMP

1 Aos oito dias do mês de março do ano dois mil e quatro, às quatorze horas, nas
2 dependências do Instituto de Artes da Universidade Estadual de Campinas, reuniram-se
3 para realizar a **121ª Reunião Ordinária** da Congregação do Instituto de Artes, sob a
4 presidência do Prof. Dr. **José Roberto Zan** que justifica o fato da reunião estar se
5 realizando num dia não previsto no calendário da Congregação, devido ao
6 acontecimento na semana anterior, da impossibilidade do Prof. Eusébio participar,
7 devido ao falecimento de sua filha, motivo pelo qual adiou-se a reunião anteriormente
8 convocada para o dia 04 de março para o dia de hoje, dentro do prazo regimental de
9 48 horas. Em função disto, alguns membros da Congregação justificam a ausência: Prof.
10 **Rubens José Souza Brito** (Chefe do Departamento de Artes Cênicas) e a Sra. **Elisangela**
11 **Carvalho Ilkiu** (Representante Titular Discente). Prof. **Eusébio Lobo da Silva** também
12 ausente com todas as justificativas. Presentes os Prof. **João Francisco Duarte Junior**
13 (Diretor Associado), **Inaicyra Falcão dos Santos** (Coordenador dos Cursos de Pós-
14 Graduação), **Verônica Fabrini Machado de Almeida** (Coordenadora de Graduação),
15 **Paulo Mugayar Kühn** (Chefe do Departamento de Artes Plásticas), **José Armando Valente**
16 (Chefe do Departamento de Multimeios), **Mauricy Mattos Martin** (Chefe do
17 Departamento de Música), **Luiz Rodrigues Monteiro Junior** (Representante Titular MS-1 –
18 DAC), **Vicente de Paulo Justi** (Representante Titular MS-2 – DM).), **Nuno César Pereira de**
19 **Abreu** (Representante Titular MS-3 – DMM), **Eduardo Anderson Duffles Andrade**
20 (Representante Titular MS-5 – DM), **José Augusto Mannis** (Representante Titular MS-5 – DM)
21 e **Paulo Bastos Martins** (Representante Titular MS-6 – DMM); Servidores Técnico-
22 Administrativos: **Vivien Helena de Souza Ruiz**, **Celso Augusto Palermo** e **Josias Jacinto do**
23 **Prado**(Representantes Titulares Técnico-Administrativo), **Edson José Giordani**, e **Francisco**
24 **Genézio F. Mesquita** (Representantes Suplentes Técnico-Administrativo). Dando início à
25 reunião, **em análise** a Ata da 120ª Reunião Ordinária da Congregação do Instituto de
26 Artes, realizada em 04 de dezembro de 2003. Há destaques para correção às linhas 1058,
27 onde consta o termo *motes mutandi*. O Sr. Presidente alerta para a possibilidade do
28 termo correto ser *mutatis mutandis*. Não havendo a possibilidade de verificação no
29 momento, solicita-se à secretaria que verifique a forma correta alterando o texto, se
30 necessário. Há ainda destaques para as linhas 576 – substituir “hora” por “ora” e 584
31 substituir “determinado a produção” para “determinado da produção”. Não havendo
32 mais destaques, **em votação. APROVADA** com 1 abstenção. O **Sr. Presidente** solicita a
33 inclusão de dois itens à pauta, em função de concursos que vão acontecer no Instituto.
34 São concursos daquela série de concursos de docentes que estão na carreira MA e
35 pretendem passar para a carreira MS, e é necessária a integralização de disciplinas para
36 a realização dos concursos. Uma necessidade desta é no Departamento de Multimeios,
37 nas disciplinas oferecidas pelo Departamento e outra no Departamento de Música.
38 Todos receberam uma cópia dos itens Fora de Pauta. São eles: 01) Departamento de
39 Multimeios – Integralização de disciplinas concursáveis, para atender à Seleção Pública
40 aprovada na 65ª Reunião Extraordinária de 19/02/2004 e 02) Departamento de Música –
41 Integralização de disciplinas concursáveis, para atender à Seleção Pública aprovada na
42 65ª Reunião Extraordinária de 19/02/2004. **Em análise** a proposta de inclusão na Ordem
43 do Dia dos Assuntos Fora de Pauta. **Em votação: APROVADA** a inclusão dos dois itens na
44 Ordem do Dia. **EXPEDIENTE: A)** Indicação do Prof. Dr. Fernando Tacca como

45 representante da Unicamp junto ao Conselho Estadual de Cultura e a " Cátedra de
46 Estudios Brasilenos en la Universidad de Buenos Aires". – A documentação está na página
47 29. Está tudo aqui, tem o documento assinado pelo Reitor: "Em atenção ao ofício GS nº
48 846/2003 e dando cumprimento ao Decreto Estadual nº 48.049, artigo 1º, de 24 de agosto
49 de 2003, que deu nova redação ao artigo 155 do Decreto Estadual nº 20.955, de 1º de
50 junho de 1983, indico, para consideração e decisão do Excelentíssimo Senhor
51 Governador do Estado, como representantes da Universidade Estadual de Campinas
52 junto ao Conselho Estadual de Cultura, os Professores Doutores Fernando de Tacca,
53 docente do Instituto de Artes, como membro titular e Edgar Salvadori de Decca,
54 docente do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, como membro suplente. " Está
55 tudo certo a indicação, só trouxemos para apresentação à Congregação **B)** Nova
56 composição da Comissão de Graduação do Curso de Dança. Houve uma mudança na
57 Coordenação e uma redefinição da composição da Comissão de Graduação. Está
58 tudo em ordem, atende às normas vigentes. Novos membros: Professores Ana Carolina
59 Lopes Melchert, Ângela de Azevedo Nolf, Graziela Estela Fonseca Rodrigues – Presidente
60 e atual Coordenadora, Holly Elizabeth Cavrell, Inaicyrá Falcão dos Santos, Julia Ziviani
61 Vitiello, Lara Rodrigues Machado e Representantes Discentes: Daniela Scopim Ribeiro e
62 Damiana Martins Pereira. Ainda no expediente eu queria lembrar duas coisas. **C)** A
63 primeira: eu acho que todos estão acompanhando o que tem saído nos jornais sobre a
64 Reforma Universitária. Há uma proposta do novo Ministro da Educação de tornar públicas
65 vagas nas Instituições Privadas de Ensino, através da isenção de imposto que será
66 oferecida às instituições Privadas que entrarem em acordo com o governo. O objetivo é
67 criar uma quantidade muito grande de novas vagas, que são computadas como vagas
68 públicas e seriam vagas com o objetivo de promover a inclusão social, de acordo com a
69 proposta do Ministério. São vagas destinadas à população carcerária, população de
70 baixa renda. E o segundo ponto, que mais recentemente, nos últimos dias os jornais
71 publicaram, que o governo quer propor, o controle externo às universidades. Eu não sei
72 se vocês acompanharam isso. A Universidade vai ser fiscalizada por uma comissão
73 composta por representantes da sociedade civil, é mais ou menos isso. É uma proposta
74 muito complicada, eu acho que a comunidade precisa analisar com cuidado e,
75 eventualmente, fazer manifestações, porque pode atacar frontalmente a autonomia
76 universitária. Submeter a Universidade ao controle externo é um ataque à autonomia da
77 universidade. Se a comunidade vai concordar com isso, autonomamente ela pode optar
78 por esta política, mas a avaliação pessoal nossa é de que é uma proposta muito
79 complicada, de risco para a Universidade. E o segundo que saiu hoje na Folha de São
80 Paulo é uma matéria sobre a Autonomia Financeira que também vai ser estendida às
81 Universidades Federais e, aí a proposta que está sendo encaminhada, está sendo
82 construída pelo governo, é de que a cobrança de mensalidades vai ficar a critério de
83 cada instituição, então significa que o governo vai, de fato, como nós prevíamos há
84 alguns meses atrás, o governo vai centrar em dois pontos da Constituição: o artigo 206
85 que é o artigo que define a Autonomia Universitária, quer dizer, a partir do momento que
86 se cria uma instância externa à Universidade, que vai controlar a Universidade, quebra-se
87 a Autonomia da Universidade e é preciso modificar o artigo 206. E o artigo 207 que prevê
88 a gratuidade do ensino. Quebrando este artigo cada Instituição, na medida de suas
89 necessidades, poderá cobrar mensalidade para formação de receita própria
90 complementar. Isto está na matéria que saiu hoje no Caderno Campinas, da Folha de São
91 Paulo. Vale a pena a gente acompanhar isso com cuidado porque isso pode mudar a
92 nossa vida nos próximos anos. **D)** E ao mesmo tempo, nós temos aqui, já um primeiro sinal

93 de controle externo da Universidade no Estado de São Paulo. Quer dizer, o Conselho
94 Estadual da Educação está cobrando o processo de avaliação institucional das
95 Universidades Públicas Paulistas, e a Unicamp já está se mobilizando para isso
96 rapidamente. Então há uma proposta de Avaliação Institucional, que já vem sendo
97 implementada pela Administração da Universidade, com apresentação de formulários
98 que cada Unidade deverá preencher sobre tudo o que se faz na Unidade, produção
99 acadêmica, disciplinas, cursos, pesquisa, grupos de pesquisa, orientações etc, análise do
100 orçamento, como que recursos são aplicados em cada Unidade. Isso tudo deve constar
101 de formulários, são formulários extensos, que estão direcionados para duas frentes que
102 compõem o processo de avaliação. Uma frente mais individualizada, quase que se
103 confunde com os relatórios trienais de docentes, só que é estendido para funcionários
104 também, e a avaliação da Unidade como um todo. São dois tipos de formulários que se
105 tem que preencher e trabalhar com isso. Posteriormente toda esta produção será
106 submetida a uma avaliação interna, através da formação de uma comissão que vai
107 produzir um parecer dessa produção toda e, posteriormente, isso tudo vai ser reunido na
108 avaliação geral da Universidade e o resultado será encaminhado a uma comissão
109 externa que é definida pelo Conselho Estadual de Educação, que dará um parecer
110 sobre o que acontece na UNICAMP, os cursos oferecidos, as disciplinas, produtividade de
111 docentes e funcionários, aplicação de recursos, etc. Então já é uma primeira iniciativa de
112 avaliação externa. Somando isso à proposta de controle externo da Universidade, nós
113 estamos numa situação em que, na verdade a Unicamp está se antecipando um pouco,
114 ao que poderá acontecer no futuro, se esta Reforma Universitária de fato se concretizar.
115 A comissão interna será criada no âmbito da Unidade, a ser constituída pela
116 Congregação, e isso tudo tem prazos. Existe aqui um calendário muito apertado, nós
117 temos que começar a trabalhar hoje. Até o dia 30/05/2004 nós precisamos concluir a
118 coleta de dados referentes ao período de 99 a 2003 e preencher os formulários. Até o dia
119 30/07/2004 encaminhamento à CGU do formulário a ser criado de acompanhamento do
120 processo, estes formulários estão quase prontos, nós vamos recebê-los nos próximos dias.
121 Aliás amanhã tem uma reunião da COPEI que deve já apresentar o formulário, que já foi
122 discutido na reunião anterior. Até 30/10/2004 conclusão do processo de avaliação
123 interna das Unidades e encaminhamento dos mesmos à CGU. Ao mesmo tempo,
124 escolha dos membros da Comissão Externa de Avaliação para cada Unidade de Ensino
125 e Pesquisa. Isso eu até levantei na reunião da COPEI um complicador: na área de Artes
126 quem nós vamos chamar? São os pares das outras Universidades? Porque é uma área
127 que tem um número pequeno de docentes que atuam em todas as áreas do ponto de
128 vista acadêmico, que fazem pesquisa, docência no sentido pleno. Nós temos aí um
129 leque de escolhas que é relativamente pequeno; diferente das Engenharias, da Física,
130 mesmo da Ciências Humanas, da História, que o número de acadêmicos é maior, mas
131 de qualquer maneira é assim que deve acontecer. A CGU encaminhará os relatórios das
132 Unidades às respectivas comissões. 30/04/2005 recebimento dos pareceres das
133 Comissões Externas e encaminhamento dos mesmos para as Unidades de Ensino e
134 Pesquisa. 30/06/2005 as Unidades devolvem à CGU os relatórios com suas
135 observações. 30/07/2005 a CGU consolida o Relatório de Avaliação Institucional da
136 UNICAMP para apreciação da COPEI. 17/08/2005 a COPEI aprecia os pareceres e o
137 Relatório de Avaliação Institucional da UNICAMP. 28/09/2005 CONSU aprecia o
138 documento final e submete ao Conselho Estadual de Educação. Olha que é uma
139 trajetória longa. Acredito que na reunião de amanhã a COPEI vai fechar este calendário
140 e aí, imediatamente, nós vamos divulgar aqui e começar a trabalhar. Seria interessante

141 que a gente trabalhasse de uma maneira articulada com o Planejamento Estratégico
142 que nós precisamos retornar este ano. Nós fizemos uma primeira parte, mais geral, e
143 precisamos dar continuidade a este trabalho. Há um material que é a consolidação dos
144 trabalhos que nós desenvolvemos no semestre passado, sobre o planejamento
145 estratégico, este material a gente vai distribuir para os Chefes de Departamento e para
146 que participou dos trabalhos e, em seguida, nós temos que passar isso pela
147 Congregação de 1º de abril para encaminhar à COPEI e planejar o trabalho deste
148 semestre; dar continuidade a este trabalho. Este material será entregue para análise e
149 vocês devolvem até a data de fechamento da pauta da Congregação. Encerrando o
150 expediente, o **Sr. Presidente** dá início à **ORDEM DO DIA**, lembrando que há também uma
151 **Pauta Complementar** com dois pontos. Consulta se há destaque ao primeiro caderno da
152 **Ordem do DIA**. São destacados os itens 01,02 e os itens 01 e 02 Fora de Pauta. **EM**
153 **VOTAÇÃO** os itens não destacados: **APROVADOS**. A saber: **Item 03)** Homologação do ad
154 referendun referente ao Termo de Aditamento ao Convênio SESI / UNICAMP; **Item 04)**
155 Homologação do *ad-referendum* referente ao oferecimento do Curso de Extensão
156 **"Introdução ao Desenho e Pintura – ART 076"**, sob a responsabilidade do Prof. Dr. João
157 Francisco Duarte Júnior; **Item 05)** Resultado Final de Seleção Pública para Professor
158 Doutor, nível MS-3, RTP, na Parte Especial do QD-UEC, pelo período de 03 anos, na Área
159 de Projeto de Arquitetura, de Urbanismo e de Paisagismo, Disciplina AP-120 – Teoria e
160 Projeto X: Interiores, a qual se submeteram os Professores Doutores com suas respectivas
161 notas finais: **Haroldo Gallo** (1º lugar - média 9,9); Jane Victal Ferreira Duduch (2º lugar -
162 média 9,2); Albertina Lourenci (reprovada – média 5,7) e Maria Sampaio Bonafé
163 Ostrowsky (Ausente às provas); **Item 06)** Admissão do Prof. Dr. **Haroldo Gallo** na Seleção
164 Pública para Professor Doutor, nível MS-3, RTC, na Parte Especial do QD-UEC, pelo período
165 de 03 anos, na Área de Projeto de Arquitetura, de Urbanismo e de Paisagismo, Disciplina
166 AP-120 – Teoria e Projeto X: Interiores, a qual se submeteu tendo sido aprovado em 1º
167 lugar com a média final 9,9; **Item 07)** Resultado Final de Seleção Pública para Professor
168 Doutor, nível MS-3, RTC, na Parte Especial do QD-UEC, pelo período de 03 anos, na Área
169 de Fundamentos Teóricos das Artes, Disciplina AP-102 e 202 – Estética e História da Arte I e
170 II, a qual se submeteram os Professores Doutores com suas respectivas notas finais:
171 **Claudia Valladão de Mattos** (1º lugar - média 9,5); Maria do Céu Diel de Oliveira (2º lugar
172 - média 8,0); André Amaral de Toral (3º lugar – média 7,8) e Sandra Daige Antunes Corrêa
173 Hitner (4º lugar – média 7,0); **Item 08)** Admissão da **Profª Drª Cláudia Valladão de Mattos**
174 na Seleção Pública para Professor Doutor, nível MS-3, RTC, na Parte Especial do QD-UEC,
175 pelo período de 03 anos, na Área de Fundamentos Teóricos das Artes, Disciplina AP-102 e
176 202 – Estética e História da Arte I e II, a qual se submeteu, tendo sido aprovada em 1º
177 lugar – com a média final 9,5; **Item 09)** Homologação do ad referendun referente à
178 correção do Catálogo Graduação – Dança, 2004, disciplina AD-900; **Item 10)**
179 Credenciamento da Profa. Dra. Elisabeth Bauch Zimmermann como Professor
180 Participante junto ao Programa de Pós-Graduação em Multimeios; **Item 11)** Solicitação
181 de "Título de Notório Saber"; **Item 12)** Relatório Trienal de Atividades referente ao período
182 de 01/01/2001 a 31/12/2003 e **Item 13)** Relatório Trienal de Atividades referente ao
183 período de 01/07/2000 a 30/06/2003. O Sr. Presidente submete à análise a Pauta
184 Complementar. Consulta se há destaques. Os dois itens da Pauta Complementar são
185 destacados. Passa-se, portanto, à apreciação dos **itens destacados**. **Pauta do Primeiro**
186 **Caderno - Item 01)** Prorrogação de Mandato da Representação Discente. **Em discussão:**
187 **Vivien Ruiz:** as páginas 35 e 36 que tratam deste assunto, na 35 a Representação
188 Discente fala que o próximo mandato deve ser um mandato tampão de menor tempo,

189 de maio até novembro e na página 36 o CAIA fala que o mandato deve ser maior, até o
190 final de 2005. Então na verdade as duas propostas são incompatíveis e a gente precisa
191 ter compreensão para poder votar. **Sr. Presidente:** o que eles querem efetivamente é
192 uma eleição agora para eleger os Representantes por um mandato tampão até
193 novembro. Aí eles fazem nova eleição definitiva. O documento que está na página 36 é
194 só para compreender o histórico, mas não é ele que está sendo apreciado. O da página
195 35 é que deve ser considerado. **EM VOTAÇÃO: APROVADO.** O **Sr. Presidente** aproveita o
196 destaque para informar o calendário de eleições de Representantes Discentes junto ao
197 Conselho Universitário, Comissão Central de Graduação e Comissão Central de Pós-
198 Graduação. Isso aqui interessa aos estudantes e, como não há nenhum presente à
199 reunião, nós vamos encaminhar ao CAIA, é a melhor coisa. **Item 02)** Normas Internas
200 (Regimento Interno) da Coordenadoria de Extensão e Assuntos Comunitários do IA **Em**
201 **discussão: Paulo Kühn:** Na verdade são duas dúvidas: a primeira é na página 38, no artigo
202 5º, que aliás também serve para a eleição da Pós-Graduação. Quando fala Corpo
203 Discente, alunos regulares, a dúvida é se é alunos regularmente matriculados em cursos
204 de graduação e pós-graduação, porque o aluno especial também é um aluno
205 regularmente matriculado. Acho que é uma questão de redação. Eu só queria ter
206 certeza. O aluno Especial não é um aluno regular, apesar de estar regularmente
207 matriculado? Ok! A outra dúvida diz respeito, na página 39, artigo 7º, parágrafo 2, a
208 duração dos mandatos da Representação Discente. Três anos não é muito longo? Prof.
209 **Armando Valente:** Boa tarde à todos. Só para esclarecer, esse período está sendo
210 colocado nos termos do que está sendo feito na proposta de Regimento Interno do IA.
211 Então, só pra recapitular o que está acontecendo com esta proposta. É o seguinte: em
212 maio do ano passado foi criado, por determinação da Congregação, que houvesse
213 uma Comissão para estudar a regulamentação de Cursos de Extensão. Aí quando nós
214 começamos a fazer este trabalho nós descobrimos que extensão é muito maior do que
215 curso, tem toda uma definição, então a gente ampliou, nesta Comissão, a gente
216 ampliou este estudo e a gente começou a trabalhar no Regimento de uma Comissão de
217 Extensão do IA. Por conta da implantação da estrutura do IA, está previsto lá uma
218 Coordenadoria de Extensão. Então não tinha sentido você ficar restrito ao curso, depois
219 pensar uma Comissão e não pensar, por exemplo, em Coordenadoria que é o que está
220 sendo colocada com a nova estrutura do IA. Então agora, o que a gente fez foi adaptar
221 o que estava na Congregação passada, que na verdade era uma proposta de
222 Comissão de Extensão, para uma proposta de Coordenadoria de Extensão, que então
223 abrange uma estrutura de Coordenação que é o que está sendo proposto aí. Mas tudo
224 aquilo que foi discutido nos Fóruns, que foi inclusive passado pela opinião da CLN, que
225 estava na Congregação do ano passado, foi incorporado a esta proposta. Então tem
226 uma ligação muito grande do que eles estão fazendo, embora a gente não conheça
227 aqui ainda o resultado, o Prof. Paulo e o Celso trabalharam muito em cima desta
228 proposta para ajudar a gente a fazer esta ligação com o Regimento. Então esta idéia
229 dos três anos é uma idéia que estava ou que estará na proposta do Regimento,
230 justamente para você fazer um período, que normalmente sendo dois anos com
231 reeleição para mais dois anos, quatro anos, a gente está colocando a proposta de três
232 anos sem possibilidade de reeleição, e estes três anos, eu não sei, você pode achar
233 bastante e o outro pode achar pouco. A proposta é de três anos para todos os
234 membros. Prof. **Paulo Martins:** nós tivemos o cuidado de pensar, por exemplo, um aluno
235 ganha e está no último ano. Se você ler bem, aí tem um continuar do texto que resolve
236 esta questão. A gente, lá na Comissão de Legislação e Normas, nós estamos propondo

237 que esta prática da eleição vire uma constante, e nós estamos também pensando em
238 fazer a mesma coisa que os alunos estão propondo, que é, na mesma época. E depois
239 de a gente pensar muito, a gente passou a achar que três anos é um tempo assim,
240 tempo de mineiro, é entre dois e quatro, por que se você imaginar bem, eu acho que
241 dois anos é pouco para você implantar uma sistemática e quatro anos talvez seja muito.
242 Então a gente está propondo que todos os mandatos sejam de três anos, sem direito a
243 recondução sucessiva, quer dizer, você não pode se re-candidatar, a não ser que haja
244 um interregno de tempo. E a Coordenadoria chamou a gente para opinar sobre este
245 Regimento, e a gente resolveu colocar coisas que estão lá no Regimento Interno, que
246 deverá ser uma Reunião da Congregação histórica, para adequar agora, e a gente
247 raciocinou muito. Eu já fui diretor em alguns lugares, no passado, e acho que três anos é
248 um tempo enxuto. Como a gente está propondo eleições para tudo, vamos propor, eu
249 acho que senão a gente corre o risco de o Instituto de Artes não fazer mais nada a não
250 ser eleição, foi pensando nisto, e a gente resolveu sistematizar. Se docente é três, porque
251 funcionário e aluno não sejam três também? Mas sempre tem esta possibilidade de, no
252 correr dos três anos, a gente não fechou, ter a possibilidade de renovação. É isso aí. Prof.
253 **Paulo Justi:** A eleição seria por um ano, com renovação por no máximo três anos, no
254 caso discente, daí não anula isso e se houver interesse do aluno em permanecer ele se
255 re-candidata até três anos, igual os outros. **Sr. Presidente:** Tem mais alguns acertos de
256 redação que precisam ser feitos. Tem mais um ponto, que eu estou preocupada e o Prof.
257 Valente também, nós tivemos uma reunião agora de manhã, porque tem um rapaz que
258 viveu na Europa dezesseis anos, fez História da Artes, cursos de Gestão Cultural, é Doutor,
259 chegou no Brasil há um ano e pouco, e montou um escritório, um instituto chamado
260 Instituto Plano Cultural para atuar na área de gestão cultural. Criou este Instituto em
261 Brasília. A preocupação dele é empresarial. E fez contatos com a Confederação
262 Nacional das Indústrias, e fez um levantamento do terreno nesta área e, segundo ele, o
263 resultado deste levantamento é que as indústrias estão demandando este tipo de
264 profissional, e aí ele soube que nós estamos trabalhando num Curso de Produção, entrou
265 em contato com o IA, disse que queria fazer uma conversa, apresentar propostas.
266 Marcamos uma reunião para hoje, ele chegou munido de todos os equipamentos, mais
267 uma mulher que trabalha com ele, que é uma professora de Minas Gerais, e que hoje
268 trabalha na Fundação João Pinheiro, ela coordenou um estudo, uma pesquisa
269 detalhada que foi feito sobre o mercado cultural no Brasil, uma pesquisa encomendada
270 pelo Ministério da Cultura em 98, me parece, e o Instituto publicou três volumes com
271 dados, números de eventos culturais do Brasil todo, é uma mulher que trabalha nisso, é a
272 área dela, a área de pesquisa dela, e ela agora está colaborando com o Instituto deste
273 rapaz que se chama Rafael Radi, e o que ele está propondo para o IA é um Curso de
274 Extensão que seria feito através de um convênio com a Federação Nacional das
275 Indústrias, as Federações Estaduais de Indústrias, com o objetivo de formar profissionais
276 que possam atuar nesta área junto às indústrias, e ele acredita que através de um
277 convênio como este o IA poderia receber dinheiro, quer dizer, seria um curso caro, as
278 indústrias bancariam com bolsas e isso daria tanto remuneração para os docentes que
279 participam, como também a cota para o Instituto e ele, particularmente, também teria
280 interesse em atuar, oferecer disciplinas ou qualquer coisa deste tipo. Pensando nisso, na
281 possibilidade ou não, quer dizer, isso foi uma conversa preliminar, ouvimos a proposta,
282 precisamos amadurecer e tem uma série de detalhas que precisamos esclarecer
283 inclusive junto à Pró-Reitoria de Extensão e à Escola de Extensão. Mas, pensando nisso, a
284 dúvida que o Valente levantou é em relação ao que está definido neste Regimento, se

285 isso não poderia, em situações deste tipo, não estou nem pensando se isso vai ser
286 implementado ou não, mas de repente pode aparecer uma outra proposta boa que
287 pode ser prejudicada pelo que define este Regimento, de 70% de docentes do IA
288 participando de Cursos de Extensão. Eu queria que o Valente fizesse uma
289 complementação disso e uma ponderação sobre esta questão. Prof. **Armando Valente:**
290 Isso que o Prof. Zan acabou de dizer não é a primeira vez que a gente encontrou,
291 inclusive está tendo, existindo uma possibilidade de fazer um Curso de Extensão de
292 formação de Agentes Culturais para as Prefeituras das cidades aqui do entorno de
293 Campinas, e a demanda, o tipo de perfil de pessoas que eles colocam para serem
294 formadas, além da parte de arte, da parte cultural, é preciso ter outros conhecimentos,
295 por exemplo, de leis de incentivo. O sujeito devia conhecer estas leis, devia conhecer um
296 pouco de finanças, para o sujeito saber fazer um projeto, um orçamento, para poder
297 pedir recursos para a execução destes projetos culturais. Então a gente está vendo que
298 a formação destas pessoas é uma formação extremamente multidisciplinar, ou pelo
299 menos, a gente entende que, precisaria fazer parcerias com outros Institutos como a
300 Economia, fala-se muito de ética, então, por exemplo o IFCH, fala-se muito de postura,
301 de saber falar, saber se apresentar, saber escrever, por exemplo o pessoal do IEL devia
302 estar trabalhando, então a gente está vendo que a formação dessa, ele, por exemplo,
303 colocou hoje, onze itens dos quais a gente se enxerga especificamente em dois, dos
304 onze que ele coloca, por exemplo, formação jurídica, formação financeira, formação
305 ética, apresentação; então a gente fica demarcando os lugares da Universidade que a
306 gente pudesse trabalhar com estas pessoas e elas não estão aqui no Instituto, elas estão
307 fora, estão na Unicamp mas não estão aqui colocadas, mas são pessoas da casa, vamos
308 dizer assim. Tem um item aí que diz que o curso, ou o que gente for montar na área de
309 extensão, que ele tenha 70% das pessoas do IA, isto está na página 43, artigo 3. E aí
310 então, vendo este quadro do que ele coloca, vendo as possibilidades de formação
311 deste sujeito multidisciplinar, por que faz sentido você ter essas especificações deste
312 profissional, isso aí eu estou achando que é muito pouco você deixar 30% de pessoas de
313 fora do Instituto. Na verdade estes 70% foi uma reivindicação dos funcionários, que a
314 gente pediu para todo mundo colocar no Fórum, e estes 70% foi uma proposta de veio
315 dos funcionários. Eu acho que a gente podia diminuir este número para 50% ou 51%, não
316 sei, a maioria daqui, mas acho que 70% é muito. **Celso Palermo:** sobre esta questão, eu
317 não alteraria este item 3. eu acrescentaria neste texto, salvo proposta específica
318 aprovada pela Congregação, e aí a gente traz para cá proposta por proposta e estuda
319 caso por caso, porque nós já tivemos exemplos de pessoas com nenhum vínculo com a
320 Unicamp, que deram cursos de extensão, usavam as instalações do Instituto de Artes, dos
321 Departamentos respectivos e depois, sem nenhum vínculo não tem responsabilidade.
322 Então eu acho que a gente tem que preservar a casa, tem que preservar a Instituição e
323 manter esta porcentagem e estuda caso a caso. Eu acredito que, se a gente abrir este
324 precedente, a gente vai estar oficializando que pessoas que não têm nada a ver com a
325 casa possam dar cursos e usar a chancela do IA à torto e à direito. Eu acho que a gente
326 tem que se preservar. A outra questão que eu queria levantar é que, a proposta de
327 tempo de mandato, a que está na Comissão de Legislação é de dois anos para os
328 representantes de funcionários e um ano para os representantes de alunos. Esta é uma
329 nova proposta que, salvo se teve alguma reunião durante as minhas férias, ainda não
330 passou esta proposta de três anos para todos os representantes. Eu queria deixar claro
331 aqui, porque eu faço parte da Comissão e não estava sabendo dela. Prof. **Paulo Justi:** Eu
332 acho completamente pertinente esta questão dos 70%, se a gente quer caracterizar que

333 o curso de extensão é do IA, agora o IA poderá fazer outros tipos de acordos que
334 envolvam outras situações, o mesmo que ocorreu, por exemplo, no ano passado com a
335 CPFL que de certa forma foi isso, a CPFL abriu toda aquela série de palestras, nós
336 entramos com o nome mas não entramos com o nosso pessoal. Então, essa idéia de
337 parecer que a gente legitima outras coisas não é muito agradável, então por isso eu
338 acho que a gente deve pensar sério nisso, mas deixar, não fechar, não engessar, de
339 modo que a gente possa fazer inúmeros outros acordos, que daí a gente não é o gestor
340 mas é participante. Prof. **Paulo Martins**: a minha proposta é muito parecida com a do
341 Celso, que é defender a manutenção deste princípio, mas criar um parágrafo neste sub-
342 item 3, possibilitando a existência de cursos com outras características, e acho que o
343 Celso botou uma coisa, que eu ainda não tinha pensado, que é o passar pela
344 Congregação. Esta é a minha proposta, inclusive depois, se a Congregação quiser, eu
345 faço até o texto deste parágrafo. Prof. **Mannis**: Primeiramente eu queria dizer que
346 rechaçar de forma radical qualquer proposta de intervenção de alguma pessoa
347 extremamente capacitada de fora da Universidade dentro da Universidade é um
348 negócio um pouco perigoso. Nós já trouxemos aqui o Prof. Michael Chion, que o pessoal
349 de Multimeios deve conhecer muito bem, e que teve um papel fundamental dentro da
350 formação dos alunos de composição dentro de trilhas sonoras. Eu acho que um dos
351 objetivos da Universidade é reunir os conhecimentos da atualidade e tentar ir adiante. Se
352 chegar dentro de um castelo é uma coisa um pouco perigosa. Então eu queria chamar
353 muito a atenção para isso. Outra coisa, complementando, já que existe um receio tão
354 grande de que as coisas sejam feitas sob a chancela do IA, então a minha proposta, eu
355 acho que parece muito razoável, seria de não limitar a 70% de docentes pertencentes
356 ao IA mas à Universidade Estadual de Campinas, então, deste modo, nós poderíamos
357 estar fazendo participar professores de outras competências, do IEL, do IFCH, do Instituto
358 de Economia, enfim, e reunir 70% de professores da casa. Esta é a minha proposta. **Sr.**
359 **Presidente**: Tem duas propostas: a proposta do Paulo que é criar um parágrafo definindo
360 que casos excepcionais seria apreciado pela Congregação; e a proposta do Mannis. A
361 discussão pode complicar agora o encaminhamento. São duas propostas: 70% de
362 professores da Unicamp é uma coisa, e a outra é este adendo que deixa um pouco mais
363 indefinido, mais aberto. O Prof. Valente mantém a proposta de 51%? Eu estou achando
364 até melhor a proposta do Paulo de, em casos de cursos que tenham caráter
365 multidisciplinar, que a Congregação avaliaria. Pode até ultrapassar isso, se for o caso.
366 Olha, a nossa preocupação na conversa é o seguinte: uma proposta desta como nós
367 ouvimos hoje, se chegar na Economia eles pegam na hora e alguns professores do IA, um
368 ou dois podem até oferecer disciplinas lá. Se o IA tem a intenção de receber o tal AIU
369 precisa pensar nesta flexibilidade, porque é possível que nós venhamos a receber outras
370 propostas nesta linha. Eu só estou justificando um pouco porque é que nós abrimos este
371 debate, que não é para complicar não, eu acho que é um problema que se precisa
372 definir com clareza, com cuidado agora, pra não ter desdobramentos no futuro. **Celso**
373 **Palermo**: Eu vou fazer um apelo: a gente não pode legislar em função de um caso,
374 houve exemplos de, porque a pessoa era amiga de não sei quem, do Chefe do
375 Departamento, e ela ofereceu o curso, por vários anos, de extensão aqui. Então assim,
376 ou a gente regulamenta ou não. Eu estou percebendo que a proposta do Prof. Mannis é
377 interessante, a gente teria que estar regulamentando isso, mas eu não descartaria que os
378 casos oferecidos pelo Instituto a gente mantivesse esta questão dos 70% e, na verdade
379 eu vejo como três propostas independentes que podem ser regulamentadas, e um outro
380 item onde garantam que propostas como esta que foi apresentada por esta pessoa que

381 foi citada aqui, possam ser avaliadas pela Congregação e tomar o curso de acordo
382 coma proposta apresentada. Então é assim, eu não vejo que as três possibilidades são
383 excludentes, elas vêm agregar e a deixar o leque de opções mais amplo, mas eu insisto
384 que a Congregação tem que discutir. E se a Congregação, a próxima Congregação
385 avaliar, num outro momento político, que não é interessante? Então eu acho que a
386 gente tem que preservar as Instâncias. Não são excludentes, podem fazer parte de vários
387 itens, quatro, cinco e seis, e a gente abre o leque de possibilidades para o Instituto de
388 Artes não perder nenhuma possibilidade. Eu não excluiria ou poria uma contra a outra.
389 Prof. **Armando Valente:** eu acho que tem que ficar claro uma coisa: no artigo doze, que
390 fala dos cursos, está escrito aí no primeiro parágrafo, que o curso tem que chegar com a
391 responsabilidade de um docente do IA. Então mesmo neste caso dos 30%, esta pessoa
392 não pode chegar aqui e falar que vai dar o curso, porque este curso tem que estar sob
393 responsabilidade de um docente do IA. O que a gente está fazendo é colocar o
394 conteúdo, quem está ministrando o curso pode ser uma pessoa de fora, mas a
395 responsabilidade daquele curso é de uma pessoa daqui, está certo? Então a gente só
396 está contando com pessoas de fora, abrindo mais a possibilidade para outras pessoas de
397 fora poderem ministrar o curso, mas não pode ser uma coisa assim, que o cara chega lá
398 de Belo Horizonte e vem aqui e dá o curso usando o nome do IA. Isso não existe e é isso
399 que nós estamos falando. Eu não sei como é que foi no passado, mas de acordo com
400 esta norma aí, o curso sendo dado por uma pessoa de fora tem que ter uma
401 responsabilidade do Departamento se aquele curso nasce no Departamento. **Vivien Ruiz:**
402 Eu não sei se eu estou com a impressão errada, mas está me parecendo que o nosso
403 curso de graduação de Produção Cultural acabou se transformando num curso de
404 extensão, para mim as características são muito parecidas, eu queria só ouvir sobre isso.
405 **Sr. Presidente:** Não, não tem nenhuma relação com o Curso de Graduação, nós vamos
406 retomar os trabalhos na montagem do Curso de Graduação, e não tem nada a ver com
407 isso. O Curso de Graduação é um curso gratuito, que será oferecido à noite pelos
408 docentes do IA dos cinco Departamentos, com a possível colaboração de alguns de
409 outras Unidades, a possibilidade de alguém da Economia entrar com Administração,
410 Matemática Financeira, que são disciplinas necessárias, o IEL e o IFCH, está certo? Nós
411 estamos aqui trabalhando com o Regimento ou com as normas da Coordenadoria de
412 Extensão, que é a continuidade daquele trabalho que vem desde o semestre passado,
413 nós só juntamos agora porque, já que existe a Coordenadoria, então vamos normatizar
414 isso. E aí apareceu esta dúvida em função da conversa que nós tivemos agora há
415 pouco. Há esta proposta de um curso, um curso mais voltado para a formação de um
416 profissional mais técnico, não tem nada a ver com o espírito daquele Curso de
417 Graduação que é a formação de um Profissional que tenha formação humanística forte,
418 é outra coisa. Então aí, no caso da especialização seria, alguém que fez física e está
419 atuando na área de cultura, ele pode cursar aí, seis, sete disciplinas, num total de 360
420 horas, receber um Certificado de Especialista em Gestão Cultural através de um Curso
421 de Extensão oferecido pelo Instituto de Artes, só que aí tem que ter uma carga horária de
422 matemática financeira, leis de incentivo à cultura, marketing cultural grande que nós não
423 temos docente. Se a gente jogar lá para a Economia ela monta lá do jeito dela e fica
424 com as taxas, entendeu, se a gente criar barreiras deste tipo. Está claro? A idéia é esta: o
425 que é que nós queremos: queremos deixar isso um pouco mais flexível para poder
426 comportar um curso deste aqui no IA, mesmo que o número de docentes do IA que
427 participa, em função da especificidade do curso não seja majoritário? É isso que a gente
428 está pensando como resolver. Ou se achar que não vale a pena, não tem problema,

429 vamos manter os 70% como está e ponto. É que apareceu este caso novo e despertou
430 esta dúvida. A proposta do Celso ela abre bem brechas, mas numa escala de
431 prioridades, quer dizer, a prioridade primeira qual é? 70% de docentes do IA. Em função
432 das características de cada curso a gente pode ir abrindo, vamos para a prioridade dois:
433 70% de docentes da Unicamp. Se for ainda mais específico, no nosso caso, por exemplo,
434 que se precise de legislação e marketing cultural, não existe nem curso de marketing e
435 nem curso de direito na Unicamp, então a gente vai ter que procurar fora, convidar
436 alguém de fora que tenha esta formação para poder ministrar o curso, então neste caso,
437 mais específico ainda, a gente abriria mais, desde que a Congregação seja consultada
438 e delibere. É este o espírito? De qualquer maneira sim, neste caso ela vai decidir sem os
439 números, sem parâmetros, ela vai avaliar a situação concreta e deliberar. Eu tenho a
440 impressão de que a proposta do Celso contempla um pouco as nossas preocupações. A
441 redação eu deixaria a cargo da Comissão de Normas. É ruim ficar aprovando espírito,
442 mas a gente poderia estar aqui aprovando esta idéia e a Comissão formularia, sem
443 prejuízo da aprovação deste Regimento agora, porque nós já adiamos demais isto,
444 adiamos demais. Há várias propostas de cursos e atividades de extensão que estão
445 paradas porque não temos este Regimento aprovado. **Prof. Mannis:** Eu acredito que, no
446 item três, se a redação for: "As propostas de Cursos de Extensão devem ser apresentadas
447 e aprovadas pela Congregação", o problema estaria resolvido. **Sr. Presidente:** Pode
448 parecer redundante, ou superposição de artigos, mas é bom definir bem prioridades. Três
449 momentos, a proposta é boa. Podemos encaminhar desta maneira? Submetemos à
450 votação deste documento e, se aprovado, ele será complementado por este parágrafo,
451 que sintetize tudo isso, que a Comissão de Legislação e Normas deverá redigir. Volta na
452 próxima Congregação apenas para conhecimento, mas já estará aprovado, em
453 princípio. Está claro? E quanto a duração do mandato da Representação Discente, são
454 duas coisas que nós precisamos votar. Há consenso com a proposta do Paulo Justi, de
455 mandato de um ano, com a possibilidade de duas reconduções? É consensual então.
456 Vamos proceder à aprovação do documento com estes dois adendos, que serão
457 trabalhados pela Comissão, que são: a proposta do Paulo de mandato discente e a
458 proposta que foi condensada pelo Celso com relação a participação nos Cursos de
459 Extensão. Vou então encaminhar a votação do documento como um todo. Já está
460 subentendido que estas mudanças serão feitas. **EM VOTAÇÃO: APROVADO.** Há ainda os
461 itens adendados à Ordem do Dia, os assuntos Fora de Pauta. Destaque do Celso
462 Palermo: 01) Departamento de Multimeios - Integralização de disciplinas concursáveis,
463 para atender a Seleção Pública aprovada na 65ª Reunião Extraordinária de 19/02/2004 e
464 02) Departamento de Música - Integralização de disciplinas concursáveis, para atender a
465 Seleção Pública aprovada na 65ª Reunião Extraordinária de 19/02/2004. **Celso Palermo**
466 pede esclarecimento sobre os dois itens. O **Sr. Presidente** pede que a Sra. **Sílvia Cecatto**
467 preste os esclarecimentos: São disciplinas que a gente tem que disponibilizar na
468 Secretaria Geral para que possa acontecer Concurso Público nestas disciplinas. As Áreas
469 já foram integralizadas e aprovadas pela Congregação, faltavam disciplinas porque o
470 Curso de Midialogia é novo, então, naturalmente, não constavam do catálogo anterior.
471 **Celso Palermo:** Então quer dizer que este assunto se refere a informar as disciplinas novas
472 destes cursos, para os quais serão abertos Concursos Públicos para preenchimento de
473 vagas para a Carreira Docente. É isso? E são aqueles Concursos que a gente aprovou na
474 Reunião Extraordinária? **Sr. Presidente:** É isto. Nos dois casos tem disciplinas que não
475 constavam do Catálogo de Disciplinas Concursáveis. Na Música por que houve
476 mudança de catálogo e no Multimeios porque houve a implantação do Curso de

477 Midialogia. Então, a Secretaria Geral não tem as disciplinas. As disciplinas são, do
478 Multimeios: CS102 – Fotografia I, CS052 – Fotografia II, CS055 – Poética da Imagem, CS001
479 – Projetos em Fotografia, CS300 – Recursos Eletrônicos aplicados à Produção Sonora,
480 CS200 – Captação e Edição de Áudio e CS004 – Projeto de Produção Sonora. Da Música:
481 MU194 a 894 – Violão I a VIII. Algum esclarecimento a mais? Podemos submeter a
482 votação? **EM VOTAÇÃO: APROVADO.** Agora a **Pauta Complementar:** Departamento de
483 multimeios - Construção de prédio de Laboratórios para atender ao Curso de Midialogia.
484 Vocês têm aí um desenho. É uma consulta que o Departamento de Multimeios fez sobre
485 a possibilidade de construção de um prédio. Primeiramente nós solicitamos que fosse
486 feito um desenho para a gente ter clareza de onde este prédio seria construído, se não
487 interfere no conjunto arquitetônico do IA e nem invade a área que, futuramente, poderá
488 ser ocupada pelo Teatro-Laboratório. Há um destaque do **Prof. Nuno de Abreu:** O
489 destaque é mais no sentido de uma questão de procedimento. Pelo documento que eu
490 estou vendo aqui. Antes de mais nada, cada centímetro quadrado que vier a se
491 incorporar ao IA é bem vindo e necessário; quer dizer, não é nenhuma outra questão
492 além de uma questão de procedimento. Me parece que este documento deveria ser um
493 informe, ou alguma coisa neste sentido. Quer dizer, aqui é uma carta do arquiteto do
494 CEPROJ, dirigido ao Prof. José Roberto Zan, que deve ser quem fez a consulta, e o
495 documento trata da autorização para a construção de um prédio num determinado
496 lugar, já que ele não atrapalha o teatro e não vai ferir os padrões arquitetônicos da
497 universidade e etc. Este prédio vai abrigar, segundo consta na carta, laboratórios e
498 equipamentos do Curso de Midialogia. Bom, deste modo, eu acho que, o primeiro
499 escaninho, por assim dizer, que este documento devia descer, seria o próprio
500 Departamento, já que deve ser estendido este conhecimento aos professores deste
501 Departamento e, principalmente ao Conselho Departamental, tão cioso de suas
502 funções, já que este prédio diz respeito ao conjunto dos professores, porque ele envolve
503 mais do que a localização, ele envolve o que ele vai conter, o que ele vai abrigar, enfim,
504 o uso que vai lhe ser destinado. Então, o que eu proponho, na verdade eu até me
505 pergunto, e pergunto à Mesa, o que nós iríamos votar, de fato, neste documento. Vai
506 aprovar a localização do prédio? Vai aprovar o parecer? Eu não vejo aqui nada para se
507 votar, então o que eu quero propor é que o documento vá ao Departamento, já que ele
508 lá não esteve, para ser apreciado pelos professores do Departamento. Prof. **Armando**
509 **Valente:** Este documento está sendo encaminhado desta maneira pelo seguinte: houve
510 uma reunião com pessoas que estão tratando da parte da construção do
511 Departamento, porque nós temos uma verba para construir prédios, junto com a Direção
512 do Instituto e o pessoal do CEPROJ para, primeiro entender se era possível, porque o
513 Instituto tem um Plano Diretor de construção etc, etc e a gente queria ver se era possível
514 a gente fazer a construção segundo este Plano ou uma outra possibilidade. Então, o
515 estudo foi feito mais neste sentido de ter, do CEPROJ, uma carta dizendo que era possível
516 fazer uma construção num local do Instituto que não fosse ligado a este Plano Diretor, por
517 questões seguintes: se for para fazer, de acordo com o Plano Diretor, nós temos que
518 gastar muito mais dinheiro para resolver as questões, não só de construção do prédio,
519 mas de estrutura, fundação, para deixar tudo harmonioso de acordo com este Plano;
520 então, grande parte do dinheiro seria gasto nesta outra parte, mais estética do que a
521 construção. E aí o CEPROJ falou que tem a possibilidade de fazer um prédio neste local
522 e, para eles começarem a fazer qualquer estudo para vir para o Departamento para ser
523 colocado e votado, ou seja, apreciado pelo Departamento, tem que ter o aval do
524 Instituto dizendo que cede esta área para este fim. Então nós estamos correndo, porque

525 eles não fazem nada se não tiver o aval do Instituto, porque esta área não é do
526 Departamento e sim do Instituto. Então, na verdade, o que está acontecendo aqui, é a
527 Congregação dando o aval que esta área do Instituto pode ser usada pelo Multimeios.
528 Aí o CEPROJ vai começar a fazer um estudo dizendo, que o prédio terá tantos andares,
529 como é que vai ser, etc, isso vai para o Departamento e se começa a fazer o trâmite
530 cabível. Está aqui então para ter este aval, tanto é que o que está aí é um croqui
531 dizendo, não vai interferir, a estética vai ser mantida, mais ou menos, porque ele está no
532 meio de dois prédios que já existem, não vai ser o mesmo prédio, o mesmo tipo de
533 construção, mas ele vai procurar manter a coisa estética, e fez um estudo de alocação
534 da área, para a gente entender o que está sendo feito. Prof. **Nuno de Abreu:** Só para
535 complementar, eu gostaria que ficasse, então, quer dizer, eu não sei o que é que se vai
536 votar, se aprova a carta, se não aprova, eu não entendo bem o que é isso, eu acho que
537 deveria ser um informe comunicando à Congregação de que houve uma resposta do
538 CEPROJ positiva em relação àquela parte de terreno e, segundo que, discussão do
539 projeto, é lógico que isso será no interior do Departamento, mas isso não significa que, a
540 partir daí haverá gestões diretas do Departamento junto com quem quer que seja. Eu
541 acho que tudo deverá passar de novo pela Congregação pelo menos, ou seja, aprovar
542 a intenção, porque isso a gente já sabe como termina. Ou seja, a rigor eu não sei o que
543 se está votando, agora uma vez a Congregação aceitando isso, que fique claro que
544 não se está aprovando a construção de um prédio que não se sabe qual é. **Sr.**
545 **Presidente:** A gente estará aprovando a possibilidade de uso de uma parte do terreno e
546 não um prédio. Ouvindo agora, eu acho que, de fato, para quem não conhece a
547 matéria, quem não participou daquela reunião, ficou estranha esta pauta, foi um erro de
548 encaminhamento que eu assumo a responsabilidade, eu deveria ter, naquele momento,
549 solicitado ao Prof. Valente que passasse pelo Departamento isso, para que chegasse à
550 Congregação com uma carta do Departamento; quer dizer, o Departamento de
551 Multimeios está solicitando à Congregação que considere a possibilidade de construção
552 de um prédio nesta área, e anexar o desenho e o parecer do arquiteto. Agora, neste
553 meio tempo, a Silvia me alertou para uma coisa que eu também não conhecia e, é um
554 histórico do IA, e houve mudança de gestão, nem tudo a gente sabe. Há uma Portaria
555 da Profa. Helena, nº 173/2002, que criou uma Comissão para elaboração do Plano
556 Diretor do Instituto de Artes, então tem uma Comissão que deveria ser também ouvida
557 neste caso. A gente não pode ignorar esta Portaria e nem esta Comissão. Eu até vou ler
558 o s membros desta Comissão. É a Profa. Sara Lopes, que preside esta Comissão, o Prof.
559 Márcio Tadeu, Profa. Júlia Ziviani, Prof. Rubens Brito, Prof. Mauricy Martin, Prof. Fernando
560 Tacca, Prof. João Francisco, Prof. Roberto Berton, Sérgio Venâncio –Carlos Eduardo
561 Canhameiro e uma vaga ainda não preenchida da Representação Discente da
562 Congregação, que seria do Departamento de Música. Esta Comissão existe, parece que
563 o espírito desta Comissão é que ela seria integrada pelos Chefes de Departamento e
564 Representantes Discentes da Congregação, então se houve mudança na
565 Representação Discente a gente precisaria atualizar, ou não, porque não é
566 rigorosamente explícita esta necessidade no texto, mas de qualquer maneira, seria bom
567 esta Comissão ser consultada depois que uma proposta de prédio fosse mais elaborada,
568 com um pré-projeto e tal. **Celso Palermo:** Esta Comissão foi constituída em função de
569 toda a pressão dos alunos para a construção do Teatro-Laboratório e, desta forma, ela
570 tem um fim específico. Este é um ponto. Não está explícito na Portaria, mas ela surgiu em
571 função da pressão. A outra coisa é que a gestão já mudou, e tanto é que as Chefias que
572 estão aí também já mudaram algumas, então esta Comissão não deve ser consultada,

573 ela deve ser reformulada antes de qualquer coisa, antes de se mandar qualquer assunto
574 para ela. Então existe um problema regimental que é, antes desta Comissão de reunir ela
575 tem que ser reformulada, trocado os Chefes de Departamentos, trocada a
576 representação discente, e eu me pergunto cadê os representantes de funcionários aí,
577 porque as questões de prédio, locação, como é que fica o espaço ocupado pelos
578 funcionários, a gente também quer discutir, porque senão a gente vai ficar de novo sem
579 espaço, vivendo amontoado num monte de salas apertadas, sem condições. A gente
580 quer participar destas discussões. Então, eu não estou dizendo que o assunto não deve
581 passar por esta Comissão, mas que, antes disso ela deve ser reformulada. **Sr. Presidente:**
582 Eu quero prestar um esclarecimento. Existe aqui uma pauta das atividades que devem
583 ser desenvolvidas por esta Comissão e eu esqueci de ler antes de abrir as intervenções.
584 Está lá: 1) Levantamento das necessidades do IA para a elaboração do Plano Diretor, 2)
585 Levantamento detalhado das áreas já existentes com a atual distribuição dos espaços, 3)
586 Levantamento de necessidades comuns a todos os Departamentos, 4) avaliação das
587 possibilidades de reutilização dos espaços já existentes, 5) elaboração do programa para
588 o Plano Diretor estabelecendo prioridades – considerar que os recursos do PEI existentes
589 estão destinados à construção do Teatro-Laboratório de Artes Cênicas. Então há
590 algumas atribuições desta Comissão. A Representação Discente ainda é a mesma na
591 Congregação, houve mudanças nas Chefias e na Direção. A gente precisa substituir os
592 Chefes e o João Francisco é que deve presidir, mas de qualquer maneira eu acho que a
593 gente deve continuar este trabalho mais coordenado com todos os Departamentos
594 participando do que acontece no IA em termos de expansão possíveis de áreas,
595 projetos, e tal. Prof. **Paulo Martins:** De repente eu fiquei preocupado. Eu imaginei que nós
596 estamos numa sessão espírita, porque o Celso Fala em Regimento e, seu eu for a
597 Regimento, em que lugar que você leu aí, diz que são ocupados por chefes. Isso é que
598 eu não estou entendendo. Em que lugar diz que o Diretor Associado é que é o
599 presidente? Em que lugar diz que tem que ser Chefe de Departamento? Eu não vi isso em
600 lugar nenhum. Não, não existe lógica, você é que está pressupondo uma lógica. Eu acho
601 que nós estamos começando a entrar, a única coisa que eu concordo na colocação
602 que o Celso fez, foi que está faltando aí a Representação de Funcionários, agora, em
603 nenhum momento aparece que é o Chefe do Departamento de Múltiplos. Pra quê
604 reformular esta Comissão? Porque não torna mais simples? São pessoas competentes,
605 são pessoas que a gente conhece, pra quê mudar esta Comissão? Era só incorporar
606 representantes, parece que está faltando um representante de aluno, porque os alunos
607 não devem ter indicado, e está faltando, fundamentalmente, representantes de
608 funcionários, porque funcionário é importante nesta história. Eu só não entendi porque é
609 que vai mudar, porque em nenhum momento diz isto. Prof. **João Francisco:** Nós temos
610 uma questão prática. O Prof. Fernando Tacca estará na Argentina e o Departamento de
611 Múltiplos não estará representado nesta Comissão. Prof. **Mannis:** Eu queria dizer que,
612 pelas atribuições desta Comissão, então me parece que, como ela vai responder, e vai
613 coordenar todo o planejamento topográfico da nossa área, eu acho que este
614 documento então, deveria ser imediatamente encaminhado da Congregação para
615 apreciação desta Comissão, e depois a gente deveria ouvir o parecer que eles têm
616 sobre isso. Prof. **Nuno de Abreu:** Esta Comissão me parece bastante interessante até
617 porque há uma boa pauta, eu acho que há coisas bem interessantes que podem ser
618 pensadas a respeito de reformulação dos espaços do IA. E, a respeito da composição,
619 eu pergunto se havia tempo de mandato ou tempo para trabalhar, ou algo assim,
620 porque aí a reformulação se daria pela própria Portaria, quer dizer, já sai daqui desta

621 Congregação uma nova composição, ou pelo menos apontasse para isso. **Celso**
622 **Palermo:** Eu acredito que ela deva ser reformulada porque, pela lista de atribuições, no
623 meu entender, significa negociar espaços, e quem tem este poder de negociar espaços
624 são as Chefias de Departamento e também a nova Direção que não está representada
625 aí. Então, não é uma questão de competência, é uma questão de poder para negociar
626 espaços. Quem vai abrir mão do espaço tal, em favor de tal Departamento ou em favor
627 do Instituto? E eu vejo também que é uma necessidade política. A Direção tem que ter o
628 controle destas discussões, não pode deixar numa composição que foi elaborada na
629 gestão passada, por mais competentes que todos sejam, ninguém está questionando a
630 competência de ninguém, a questão é política mesmo. **Sr. Presidente:** Tem na Portaria
631 uma artigo 2º que diz: "A Comissão deverá se reunir às sextas-feiras e deverá apresentar
632 à Diretoria os resultados de seu trabalho até dezembro de 2002. Agora é o seguinte. Já
633 que isto aconteceu, nós levantamos esta discussão, eu gostaria de reforçar a
634 necessidade de uma comissão como esta. Isso apareceu numa conversa com a Silvia,
635 quando nós começamos a pensar outras alternativas para obter mias espaços no IA.
636 Pensamos numa Reforma Administrativa, que nós precisamos amadurecer para ver se
637 conseguimos aproveitar melhor os espaços e ao mesmo tempo procurar apoio dos
638 arquitetos ligados ao ESTEC, para que façam um estudo dos espaços, para ver se a
639 gente não consegue racionalizar a ocupação destes espaços. Aí que veio, a Silvia
640 lembrou de ter ouvido na época, ela não estava ainda assessorando a Direção, mas
641 lembrava de algo neste sentido. Ela foi procurar nos arquivos e encontrou esta Portaria.
642 Muito bem. Esta Comissão tinha uma tarefa a ser cumprida dentro de um tempo
643 determinado. O resultado disso é aquele desenho, aquele pré-projeto que o arquiteto
644 apresentou numa reunião, nós discutimos, de um anexo na parte frontal do IA, na
645 entrada, que daria mais ou menos uns 500 metros quadrados, ou um pouco mais de
646 área, já resolveria uma série de problemas nossos. Não temos dinheiro para isso, mas de
647 qualquer maneira este pré-projeto existe, a qualquer momento pode ter aí um edital
648 maravilhoso da FINEP para construção de infra-estrutura, ou da FAPESP que a gente
649 pode receber dinheiro para fazer estas salas e ampliar este espaço, mas o espírito do
650 Plano Diretor é propor uma expansão organizada do Instituto, para que o Instituto não
651 cresça desorganizadamente e fique uma situação complicada, cheio de puxadinho
652 para lá e para cá. Por isso que me parece necessário reativar esta Comissão. Eu vou
653 estudar isso aqui. Isso foi só um exercício que nós fizemos, e como ela tinha uma data
654 para apresentar os resultados, poderia, nos mesmos moldes, fazer uma nova Portaria,
655 com uma nova composição, atendendo esta recomendação do Celso para que esta
656 comissão se mantenha como uma Comissão permanente analisando todos os casos de
657 expansão, para que encaminhe pareceres à Congregação para que esta possa
658 deliberar com mais fundamentação. O que vocês acham desta proposta? Quanto ao
659 encaminhamento disto aqui. Acho que isto aqui é para conhecimento da
660 Congregação, reconheço que o encaminhamento não foi o melhor possível, seria até
661 melhor que o Conselho encaminhasse este pedido tranquilamente, eu acho que a
662 Congregação não vai se negar a construção neste espaço, mas para formalizar um
663 pouco melhor para que nós tenhamos um histórico deste processo registrado de uma
664 maneira mais correta. Não vamos aprovar a construção, este primeiro encaminhamento
665 é para aprovar a utilização daquela área para um possível prédio. Num segundo
666 momento é a apresentação de um pré-projeto, que deverá ser estudado pelo
667 Departamento e o encaminhamento deve sair de lá para a Congregação para que a
668 Congregação aprove, ou não, a construção do prédio num determinado formato. **Celso**

669 **Palermo:** A minha sugestão é que, temporariamente, a Congregação avalize este
670 pedido de uso daquela área, para que, inclusive, se elabore o pré-projeto, para depois,
671 discutindo no Departamento e discutindo nesta Comissão, a Congregação volte a
672 estudar o caso e dê a palavra final: construa-se ou não naquela área. Agora, eu só vejo
673 como contraproducente a gente não dar este aval e não ter projeto e não se discutir
674 nada. Então, temporariamente, a gente dá este aval para elaborar o projeto, e depois
675 de passar pelas instâncias departamentais volte para a Congregação dar a palavra
676 final, porque tem muitas coisas envolvidas neste assunto. Prof. **Nuno de Abreu:** quanto às
677 palavras do Celso eu não tenho nada a acrescentar, agora, quanto à formação da
678 Comissão, eu sugeriria que isso fosse feito da maneira mais rápida possível, porque eu
679 acho que isso vem ao encontro de necessidades bem reais e temos que ser realistas
680 diante delas. Questão de Ordem do Prof. **Paulo Martins:** É que mais uma vez eu fico assim
681 esquisito. Porque não existe aval temporário. O que está sendo colocado aqui é que
682 seria dado um aval para que o Departamento de Multimeios peça uma projeto sobre um
683 prédio para ocupar aquela área. Nós não estamos aprovando o prédio. Eu só queria tirar
684 esta noção de aval temporário porque, já imaginou se houvesse avalista temporário no
685 banco? É só isso. **Sr. Presidente:** Então vamos pensar o encaminhamento. São duas
686 coisas. A primeira: se esta área que está indicada no desenho é uma área disponível e
687 poderá ser ocupada por um prédio. É isso que nós temos que decidir. Se pode, o aval
688 estará dado para que se faça o pré-projeto e, posteriormente haverá toda a tramitação
689 necessária que foi bem descrita pelo Celso. A segunda: que a Congregação defina
690 agora, esta proposta é minha, uma nova composição para a Comissão do Plano Diretor,
691 pode ser uma deliberação da Congregação, é melhor que uma Portaria. Esta Comissão
692 deverá ser formada por todos os Chefes de Departamento, o Diretor Associado preside,
693 uma representação estudantil e uma representação de funcionários. É uma composição
694 mais enxuta. - Há um questionamento no plenário se não é a mesma composição do
695 Conselho Interdepartamental. - Não é a mesma composição, e esta comissão teria uma
696 outra atribuição. Só se a gente atribuir ao Conselho Interdepartamental também esta
697 função de discutir o Plano Diretor. É uma outra alternativa. O que eu acho é que é
698 preciso ter uma discussão permanente, um acompanhamento permanente a respeito de
699 questões relativas a espaço e o Plano Diretor. Se isso vai ser mais uma atribuição do
700 Conselho Interdepartamental, ótimo. Ficamos assim? Está resolvido desta forma? Então
701 eu retiro a proposta. A partir de agora, mais uma atribuição do Conselho
702 Interdepartamental é acompanhar o Plano Diretor. Prof. **Mauricy Martin:** Em relação ao
703 que você falou agora, pelo menos no que diz respeito à minha participação naquela
704 Comissão. Foi-me pedido, naquela época, que cada Departamento, cada chefe
705 trouxesse para a reunião as necessidades que nós tínhamos nos Departamentos. Então
706 eu espero que isso esteja documentado, na Música foi feito um cálculo de quantas salas
707 de estudos individuais para alunos, sala de professores; quer dizer, a informação que veio
708 para esta Comissão não foi da minha cabeça, foi discutido no Departamento, eu
709 convoquei reuniões e então o certo é que venha desta forma. **Sr. Presidente:** Então, o
710 que nós temos que encaminhar, na verdade, é este aval, se este espaço está de fato
711 disponível e poderá comportar um prédio para o Departamento de Multimeios. **EM**
712 **VOTAÇÃO: APROVADO.** Item 2) Calendário e Normas para Eleição da Comissão e Sub-
713 Comissões de Pós-Graduação. Prof. **Paulo Martins:** Lendo esta proposta de Portaria sobre
714 as eleições, eu não vi aqui nenhum parágrafo falando quem são os eleitores para as Sub-
715 CPGs. Porque aqui diz no artigo 6º: São eleitores para Coordenador dos Cursos de Pós-
716 Graduação do IA, e aí diz, todos os docentes, todos os alunos e todos os funcionários. E

717 diz anda que o voto será qualificado e unitário. Mas, e para as Sub-CPGs? Não diz quem
718 são os eleitores. E não é o mesmo colégio eleitoral, porque o que a gente aprovou aqui
719 foi que os funcionários que trabalham na Coordenação da Pós-Graduação votariam
720 para o Coordenador da Pós-Graduação, correto? Eu estou falando para os
721 Coordenadores das Sub-CPGs. Não são os mesmos. Ficou faltando o artigo sobre quem
722 pode votar para estes Coordenadores. Prof. **Nuno de Abreu**: Eu gostaria de sugerir é a
723 retirada disso, porque eu acho que tem incorreções, ou são coisas que eu desconheço.
724 Por exemplo, designar já uma Mesa Receptora e Apuradora de pessoas que podem ser
725 votadas, isso é estranho. E segundo sugerir a criação de uma comissão que reveja estas
726 normas para que não apareçam dúvidas desta natureza, porque as eleições que eu
727 conheço são sempre casuísticas, sempre aparece uma carta na manga, um último
728 dispositivo para atender alguma demanda daquele momento, demanda política,
729 evidentemente. Então, eu acho que, inclusive há outros interesses em jogo, não
730 explícitos, não me cabe dizer aqui, gostaria que o Eusébio estivesse aqui para dizer, e eu
731 acho prematuro a inclusão disso na pauta, quer dizer, que a gente delibere sobre este
732 item, acho que está um pouco prematuro. Eu não sei se é possível retirar mas deixo a
733 sugestão. **Sr. Presidente**: Agora é uma intervenção minha, eu vou defender um ponto de
734 vista. Eu também acho que a gente deveria retirar de pauta, inclusive pela ausência do
735 Eusébio. Eu acho que ele precisaria estar presente, ele como Coordenador da Pós-
736 Graduação para contribuir, acertar detalhes. Esta pauta foi montada no começo da
737 semana passada e, em função dos acontecimentos, eu acho que a gente deveria retirar
738 de pauta e voltar a discutir na próxima reunião. Nós vamos ficar com um calendário
739 talvez um pouco mais apertado, mas, de repente uma prorrogação de mais uma ou
740 duas semanas não vai comprometer o funcionamento da Pós-Graduação de maneira
741 alguma e a gente encaminharia este processo de maneira um pouco mais tranqüila. A
742 idéia era só entrar em contato, é o mesmo texto que orientou a eleição passada, que
743 está sendo usado aqui como um pré-texto, para as pessoas acertarem, acrescentar
744 coisas ou tirar, modificar datas; mas eu acho que hoje não é o momento indicado para
745 gente acertar esta questão não. Prof. **Paulo Martins**: A gente não pode confundir a
746 eleição passada com esta. Na época, não havia nada aprovado na Unicamp com
747 relação ao Instituto de Artes, mas nós fizemos toda a legislação referente à Pós-
748 Graduação e ela ficou pronta há um ano atrás, era preciso verificar, porque ela tinha
749 sido encaminhada para a Procuradoria Geral para ver se não havia nenhum ponto, e
750 nesta legislação é estabelecido claramente como deve ser feita a eleição. Eu proporia
751 que se fosse atrás desta legislação que foi feita e que ela inclusive foi enviada para as
752 chamadas Instâncias Superiores, esta legislação foi aprovada na Congregação antes de
753 ser encaminhada, porque, aquilo que o Prof. Nuno falou, que em cada eleição aparecia
754 uma nova forma, em função disso foi feita uma regulamentação a respeito, passou na
755 Congregação e foi encaminhada às Instâncias Superiores. Eu proponho, antes de mais
756 nada, que se fosse atrás desde papel, se ele já foi aprovado na Procuradoria e nas outras
757 Instâncias, porque se sim este papel resolve o problema. **Sr. Presidente**: Com esta
758 recomendação, nós temos uma proposta de retirada de pauta deste item. Podemos
759 encaminhar desta maneira? O mandato termina em três de maio e a próxima
760 Congregação é em primeiro de abril, vai ficar um período apertado para organizar as
761 eleições, mas se a Congregação achar melhor, ela pode propor uma prorrogação para
762 garantir que isso aconteça da melhor maneira possível. Pode ser: Encaminhamos assim:
763 **EM VOTAÇÃO** a retirada de pauta deste item: **APROVADA** com 1 abstenção. Boa tarde à
764 todos e muito obrigado. O **Sr. Presidente** declara encerrados os trabalhos, e eu, Vivien

765 Helena de Souza Ruiz, Secretária da Congregação do Instituto de Artes, lavrei e digitei a
766 presente ata para ser submetida à aprovação da Congregação. Cidade Universitária
767 “Zeferino Vaz”, 22 de março de 2004.x